



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640246 - SP (2021/0014073-9)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
BEATRIZ DOS SANTOS MATTOS - SP384722  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FERNANDO HENRIQUE SARMENTO (PRESO)  
**PACIENTE** : HIAGO YUREM RODRIGUES DE LIMA E SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDO HENRIQUE SARMENTO e HIAGO YUREM RODRIGUES DE LIMA E SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0000582-73.2015.8.26.0616).

Os pacientes foram condenados, respectivamente, às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 583 dias-multa, e 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 500 dias-multa, pela prática do delito previsto no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

O impetrante sustenta que os pacientes fazem jus à redução das penas-base ao mínimo legal, bem como preenchem os requisitos para a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.363/06, em seu grau máximo, e, por consequência, deve ser fixado o regime inicial aberto, com a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Destaca que a quantidade da droga apreendida não é expressiva e que os pacientes são primários e as circunstâncias judiciais lhes são favoráveis.

Requer, liminarmente e no mérito, a fixação das penas-base dos pacientes ao mínimo legal, a aplicação do redutor do artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/06, em patamar máximo, a fixação do regime aberto para início de cumprimento de pena e, por fim, a substituição da pena corporal por restritivas de direitos

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência